PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE SECRETARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE Ata 19/98 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1 2

3

4 Aos quinze dias do mês de outubro de 1998, reuniu-se às 19 horas, no auditório da SMS-5 2º andar, a plenária do CMS/POA para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposta de 6 criação da Comissão de DST/AIDS, PSF e Assuntos Gerais: Estavam presentes os 7 seguintes conselheiros: Sônia Maria L. Scheibler, Ramon S. D'Galisteo, Riograndino de 8 Oliveira, Natalino Salvador Pereira, Maria Ivone Dill, Valdivia Lucas, Teresinha Margues, 9 Alberto Gabelini, Juracy Castro Correia, Raquel Carvalho Rodrigues, Jussara Gue Martini, 10 Cleci Xavier da Silva, Tatiane da Silva Elisabeth Cassali, Márcia Hentschke, Jorge Abib 11 Cury, Roger dos Santos Rosa, Célia Ruthes, Jorge Luiz Rocha Oliveira, Marta Piccinini, 12 Ana Lucia Ribacik, Neusa Heinzelmann, Ana Lúcia Valente Menzel,. Também estiveram 13 presentes os seguintes visitantes: Iracema de Almeida da Associação Santa Anita - Beco 14 do Sorisso, Helena Trindade - Hospital Divina Providência. Cleiton Araújo, Faculdade de 15 Medicina da UFRGS, Zeli da Rosa -PAM 4, Karem Freitas - GAPA, Maria Robermann -16 PUC, Maria da Gloria Sirena-SMS/ASSEPLA/PSF, João Vicente Busnello-UFRGS, Maria 17 Ramos - HPS, Jussara Martins - SMS/DST/AIDS, Teresinha Maraschin - GDII, Ana Maria 18 Haase-GDS6.Coordenador Humberto inicia a reunião e a plenária se apresenta. A seguir 19 é realizada a leitura da ata. Conselheira Célia solicita que seja incluído o valor destinado à 20 Política de DST/AIDS, citado pelo Dr. Ricardo na reunião anterior, no valor de R\$ 21 700,000,00. Após correções e adendos a ata é aprovada com 13 votos a favor e 5 22 abstenções. Coordenador Humberto informa que em relação a pauta, Comissão de 23 DST/AIDS, recebeu em 13/10 uma outra proposta encaminhada pela Coordenação da 24 Política. A proposta do Núcleo é que essa seja entregue na plenária de hoje para 25 avaliação, juntamente com a que foi entregue em 15/09, transferindo a apreciação para o 26 dia 05/11 e a plenária concorda. Coordenador Humberto ressalta a importância da 27 contribuição das entidades e CLS em trazer propostas. Informes da plenária: 28 Conselheiro Riograndino e Conselheiro Ramon relatam as dificuldades pelo qual vem 29 passando o Hospital Vila Nova e sobre a Assembléia Geral Extraordinária, dia 16 de 30 outubro, com a finalidade de definir os rumos do Hospital. A plenária decide que o CMS 31 será representado pelo Conselheiro Riograndino. Conselheiro Roger fala que devido os 32 cortes do Governo Federal não será possível mais contratações, nem mesmo do 33 profissional para o Departamento de Medicina Social que havia aberto mais uma vaga 34 para essa área. Sra. Márcia do Gabinete do Secretário, convida para a inauguração da 35 U.S. Vila Farrapos, dia 21/10/98 e da U.S. Belém Novo dia 22/10/98. Programa de Saúde 36 da Família (PSF): Dra. Maria da Glória Sirena, Coordenadora do Programa, inicia 37 resgatando a avaliação feita no CMS em julho/97. O programa cumpre critérios do 38 Ministério da Saúde, tem população definida, cadastrada, com enfoque na Vigilância em 39 Saúde. O Convênio entre SMS e Associações foi firmado em 1996 sendo que as 40 cláusulas relacionadas à limpeza, vigilância dos postos, prestação de contas mensal e 41 demissão foram as mais polêmicas. Atualmente a SMS está buscando estabelecer nova 42 proposta de convênio, mas como nas reuniões tem surgido muito problema pontual, 43 novas reuniões serão marcadas para esse fim. Informa que no RS, 15 municípios tem 44 PSF, num total de 62 equipes, com diferentes salários, possibilitando aos profissionais 45 várias opções de escolha. Porto Alegre paga R\$ 2.200.00, por 40h semanais, sendo que 46 em outros locais pagam até R\$ 4.500,00. Atualmente Porto Alegre conta com 28 equipes 47 e estão faltando médicos com perfil adequado para contrato imediato, embora desde o 48 início do ano foram realizados 3 processos seletivos. Ressalta a importância de ser criada 49 residência médica nessa área, com formação desde o 1º ano da faculdade e capacitação 50 de Recursos Humanos. Diz que em Porto Alegre, devido a alguns vazios de serviços, em 51 alguns PSFs a população foi cadastrada além da capacidade. Cita como exemplo o PSF 52 da Ponta Grossa onde foram cadastradas 6 mil pessoas e que deverá ser definida micro 53 áreas de risco para concentrar o trabalho, respeitando o princípio da equidade. 54 Atualmente 05 equipes estão com uma área maior que a capacidade instalada e a

55 proposta da SMS é de ampliação com a contratação de mais um médico e um auxiliar de 56 enfermagem. Após a exposição Coordenador Humberto abre espaço para o debate. 57 Conselheiros Ramon Galisteo, Cleci Xavier, Jorge Luís, Teresinha e Letícia Garcia fazem 58 questionamentos em relação às comunidades, novas equipes, questões trabalhistas e 59 reformas, aos quais Dra. Glória responde: existem poucas Associações com dificuldade 60 de relacionamento com as equipes e que a grande maioria trabalha em parceria. Em geral 61 o problema é com o Coordenador e não com a equipe como um todo. Cita o exemplo do 62 PSF Cidade de Deus, onde não foi possível compatibilizar Associação e Trabalhadores. 63 Enfatiza a importância de reuniões entre Associações e Equipes, pois é uma relação nova 64 de trabalho. Nesta proposta, várias reuniões foram realizadas e na última foi proposto 65 pelas Associações uma reunião para estabelecimento de critérios de trabalho. Em relação 66 a instalação do PSF Graciliano Ramos, houve erro na orientação da SMS, pois após todo 67 o empenho da comunidade na construção do local, avaliou que não há condições de 68 funcionamento. O espaço físico é pequeno e insalubre. A proposta da SMS é da 69 Associação adquirir novo terreno e a Secretaria construir a sede. Quanto a implantação 70 do PSF Nova Gleba, ressalta que não estava na coordenação neste período, mas a 71 aprovação passou pelo CMS que deve ter priorizado a instalação neste local. Em relação 72 ao PSF Asa Branca já está com verba e projeto liberado, em processo de licitação para 73 ampliação. Quanto aos Agentes Comunitários está havendo processo seletivo para suprir 74 a falta em todos os PSFs, e que o médico da Nova Gleba, não será substituído ao sair em 75 férias, por não haver profissional para substituição nem pelo período de 4 horas. Sobre a 76 vigilância e limpeza, houve uma ampla discussão entre SMS e Associações onde estas se 77 responsabilizaram pela limpeza. A SMS reavaliou esta situação e após a renovação do 78 convênio irá contratar o profissional de limpeza. Quanto à vigilância, não tem verba para 79 contratar no momento e também está confuso o turno de trabalho desse profissional. 80 Esclarece que os PSFs não constam com Assistentes Sociais, mas que é realizado um 81 trabalho integrado ao sistema de saúde como um todo, bem como com outras 82 Secretarias. Sra. Teresinha, do Hospital Divina Providência informa que o Hospital está 83 em processo de implantação de um serviço na comunidade e que compareceu à reunião 84 para conhecer o funcionamento desse programa. Coordenador Humberto solicita que seja 85 informada à plenária a questão do financiamento para o PSF. Dra. Glória informa que 86 quando foi combinado o teto financeiro para Porto Alegre não foi incluído o PSF, pois 87 acreditava-se que o Ministério da Saúde repassaria toda a verba para mantê-lo o que de 88 fato não aconteceu. De setembro/96 a agosto/98 o Ministério da Saúde repassou o 89 dinheiro só para a compra de equipamentos para implantação do programa. Para 90 sustentar mensalmente, foi sendo retirado do déficit. Isso até agosto/98, quando saiu a 91 NOB/96 e foi definido incentivo para as equipes que corresponde pouco menos de 20% 92 do que é gasto. Existe uma discussão na Bipartite de que o Estado também financie o 93 Programa com um incentivo de 15%. Apresenta o custo mensal que é de R\$4.720.000, 94 em material (não incluindo equipamento e obras) e pessoal sendo R\$753,000, de 95 incentivo do Ministério da Saúde. Conselheiro Humberto fala que a implantação do PSF 96 trouxe bastante celeuma no CMS e foi levado à II Conferência Municipal de Saúde. Após, 97 implantação foi realizada uma avaliação a nível local e as comunidades colocaram que 98 estava bem. Salienta, que após acirrada discussão entrou-se em mais um engodo do 99 Ministério da Saúde que cria expectativa na comunidade, compromete o Município e que 100 em determinado momento se tem um défict financeiro e uma responsabilidade a mais a 101 executar. Lembra que havia inicialmente uma proposta de 100 PSFs e sugere que não se 102 atinja por enquanto essa meta, somente os que estão programados devido a falta de 103 Recursos Humanos. Finaliza solicitando que o resultado da reunião com as equipes e 104 Associações seja apresentado à plenária e Conselheira Cleci sugere que os Conselhos 105 Locais de Saúde sejam convidados para a mesma. Informes da Secretaria Executiva: 106 Sra Silvia Martins convida para a posse dos novos Conselheiros do Conselho Municipal 107 de Assistência Social, dia 19/10. Nada mais tendo a tratar a reunião foi encerrada às 21 108 horas e 30 minutos e lavrada a presente ata que após lida e aprovada pela plenária será

109 devida	amente assinada.	
110		
111		
112	Silvia Décimo Martins	Jane Pilar
113	Secretaria Executiva do CMS	Secretaria Executiva do CMS
114	Ata aprovada na reunião Plenária do dia 05/11/1998.	
115		
116.		